



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1- Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/2/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para posse do Deputado Glaycon Franco.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop - MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público - devido a recrutamento de força de trabalho especializada, quando da implantação da Cidade Industrial - a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG - pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome ao estabelecimento. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre o horário destinado à divulgação da cultura no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.310/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.317/2012, do Deputado Duílio de Castro; 2.322/2012, do Deputado Gustavo Valadares; 2.337/2012, do Deputado Inácio Franco; 2.353, 2.354, 2.355, 2.356, 2.359, 2.360, 2.361 e 2.385/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.023/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.688/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite.

Requerimento nº 2.327/2012, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.518/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.308/2012 e 2.309/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.369/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.189 e 1.240/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.967/2011, da Deputada Liza Prado; 2.077/2011, do Deputado Fred Costa; 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.318/2011, do Governador do Estado; 2.636/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 2.729, 2.730, 2.731 e 2.745/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 655/2011, do Deputado Wander Borges; 1.811/2011, do Deputado Délio Malheiros; 2.583/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.722/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.771/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.780/2011, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.716/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.905/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado; 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.336/2012, do Deputado Délio Malheiros; 2.351, 2.352, 2.373, 2.375, 2.377, 2.378, 2.379, 2.381, 2.382 e 2.386/2012, do Deputado Elismar Prado.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 14/2/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.955/2011, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.066/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.068/2011, do Deputado Jayro Lessa; 2.104, 2.151 e 2.195/2011, da Comissão de Participação Popular; 2.313/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.315/2012, do Deputado Duarte Bechir; e 2.338/2012, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/2/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 686/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.649/2011, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 2.304/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.307/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.314/2012, do Deputado Duarte Bechir; 2.321/2012, do Deputado Duílio de Castro; 2.324/2012, da Comissão de Participação Popular; 2.326, 2.328 e 2.329 a 2.332/2012, do Deputado Carlin Moura; 2.363 e 2.364/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA
15/2/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 14/2/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.335/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.349, 2.350/2012 e 2.362/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fred Costa, Antonio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2012, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de avaliar os resultados dos encaminhamentos da audiência pública do dia 15 de junho, destinada a debater a implantação de sistema de iluminação pública e abastecimento de água e coleta de esgoto na Comunidade Nascente Imperial e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2012.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Dívida Pública**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Júlio, Délio Malheiros e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/2/2012, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – Sindifisco – MG –, com a presença dos seguintes convidados: Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindifisco; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 15/2/2012, às 14 horas, na Câmara Municipal de Itabirito, com a finalidade de debater a responsabilidade pela aplicação de recursos destinados à reconstrução de áreas afetadas pelas chuvas e medidas de prevenção de enchentes nesse Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2012.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados, a ser realizada em 16/2/2012, às 10 horas, no Município de Guidoal, com a finalidade de discutir a violação dos direitos humanos por ocasião da enchente que devastou o Município em janeiro deste ano, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 7/2/2012**

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar meus prezados colegas neste início do ano legislativo, os funcionários desta Casa, dos gabinetes, e os telespectadores da TV Assembleia. Imaginei que começaríamos o ano mais levemente, mas parece que nem tanto... Espero que tenhamos serenidade, competência e tranquilidade para fazer um bom trabalho nesta Casa em benefício do povo mineiro, afinal é exatamente para isto que fomos eleitos e estamos aqui: para defender os interesses do povo de Minas Gerais.



Sr. Presidente, gostaria de primeiramente fazer uma manifestação de esperança de que a greve tão violenta no Estado da Bahia tenha um bom final e que os parlamentares do PSDB e dos demais partidos que compõem a nossa aliança possam colaborar. Espero que eles não queiram jogar lenha na fogueira, mas que colaborem com grandeza para que esse momento tão grave por que passa a Bahia chegue ao final.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que não ficamos surpresos, mas realmente causou um pouco de estranheza em nosso ambiente, com a privatização dos aeroportos do Brasil promovida pelo governo federal, cujos membros tanto criticaram as privatizações do governo do PSDB; aliás, recentemente até um livro foi lançado, “A privatária tucaína”. Possivelmente lançarão “A privatária petista”, e, se lançarem, até leremos. A privatização tão criticada, tão mal compreendida, fez tanto sucesso e tanto bem tem feito ao País, que está sendo promovida agora, sem tirar nem pôr, pelo governo do PT.

O que me traz realmente a esta tribuna, Sr. Presidente, são alguns comentários que gostaria de fazer a respeito do veto que a Presidenta Dilma Rousseff opôs à Emenda à Constituição nº 29. Praticamente houve uma degola dessa emenda, essa é que é a verdade. Tirou-se aquilo que seria da responsabilidade da União: sua participação com recursos em benefício da saúde da população. Isso foi retirado. A responsabilidade do custeio da saúde no País ficou apenas com os Estados e com os Municípios: 12% para os Estados e 15% para os Municípios. É como se a União lavasse as mãos. A União disse então que a saúde não era com ela, que Estados e Municípios deveriam resolver o problema.

Ora, Sr. Presidente, gostaria de entender a razão do veto. Se a saúde no Brasil não precisasse de correção, se todos estivessem sendo bem atendidos nos hospitais, nos postos de saúde, nas unidades básicas de saúde, nos pronto-socorros, tudo bem, está bom, não precisaria. Mas não é o caso, Sr. Presidente. A saúde no Brasil está uma lástima. O povo não está sendo atendido, está morrendo nas filas dos hospitais, os atendimentos têm qualidade absolutamente precária. Não há explicação plausível para o veto. Está bom, vamos dizer que a União está arrecadando muito pouco, que ela não pode colocar dinheiro novo na saúde, porque não o tem. Ora, vimos, poucos dias atrás, a União bater recorde histórico de arrecadação no País, chegando quase à faixa de R\$1.000.000.000.000,00. A arrecadação da União subiu assustadoramente, mas não podem colocar nem um tostão na saúde... A saúde está péssima. A União tem muito dinheiro, e não quer colocar recursos na saúde. Qual a razão?

Eis aqui uma das razões: um dos vetos desse caso, que descarta os recursos adicionais em caso de revisão positiva do PIB, tem a seguinte justificativa: necessidade da constante alteração nos valores a serem destinados à saúde pela União podem gerar instabilidades na gestão fiscal e orçamentária. Ora, o cuidado com a saúde da população não tem importância, fica postergado; o que tem importância é a estabilidade fiscal e orçamentária. Caro Presidente, isso é uma aberração, é absolutamente inaceitável. O País hoje se ufana de sua estabilidade fiscal e orçamentária e vira as costas para sua população, que realmente precisa.

Vemos aqui, Sr. Presidente, mais: os recursos para a saúde hoje vêm muito mais das famílias do que de recursos públicos. As famílias gastam mais de 30% do orçamento na saúde, porque os recursos públicos não são suficientes. Estamos vendo aqui, Sr. Presidente, uma maneira muito deficiente de governar o País.

Mais: no ano passado, a Organização Mundial da Saúde – OMS – realizou, em Genebra, um grande congresso mundial e fez uma pesquisa sobre a situação da saúde nos diversos países do mundo. Pois bem, o Brasil ficou, segundo a OMS, entre os 24 países que menos destinam recursos de seu orçamento para a saúde. Ora, de 200 países analisados, o Brasil está entre os 24 que menos gastam com saúde. Essa é uma realidade. Mais: o Brasil, em 2008, gastou cerca de 4% de seu orçamento em saúde. A OMS divulgou que nos países emergentes, que ela considerou em situação semelhante à do Brasil, 13,9% do orçamento são gastos em saúde. O Brasil gasta 4%, e nos países mais ricos, como é o caso do Canadá, esse número chega a 17%. Há mais: o que o Brasil gasta com saúde é menos, proporcionalmente, do que gasta mais da metade dos países africanos. Esta, Sr. Presidente, é a fotografia, a realidade da saúde no País.

Pois bem, o governo federal teve a oportunidade de resolver o problema, pois havia um grande aumento de arrecadação. Estamos muito abaixo de muitos países. O gasto “per capita” com saúde no Brasil é US\$431,00 por ano; o do Chile é US\$548,00; o da Argentina, US\$820,00, portanto o dobro do Brasil; o de Portugal é US\$1.890,00. Então, os países estão gastando muito mais do que o Brasil gasta.

Já não vejo o que possamos fazer para melhorar a situação da saúde. E mais, em se tratando de Minas Gerais, Sr. Presidente, há aqui uma situação absolutamente inaceitável. O governo federal, por meio do Fundo Nacional de Saúde, repassa recursos para os fundos estaduais de saúde segundo critérios que ele mesmo define. Minas Gerais é o 18º Estado da União quanto ao desses recursos “per capita”. Deveria ser o 2º, é o 18º. Isso sem nenhuma explicação plausível. Se recebêssemos, por exemplo, o “per capita” da Bahia, estariam sendo enviados para nós mais R\$320.000.000,00 por ano. Se tivéssemos o “per capita” do Paraná, estaríamos recebendo mais R\$205.000.000,00 por ano.

Então, é uma grande injustiça que se faz com o Estado de Minas Gerais no que diz respeito ao repasse de recursos para a saúde.

Sr. Presidente e meu caro Deputado Rômulo Viegas, a quem concederei aparte em alguns minutos, o sonho da Emenda à Constituição nº 29 acabou, pois ela foi regulamentada, vetada e pronto. Diante disso, a Associação Médica Brasileira, para tentar resolver a questão, está apresentando um anteprojeto de lei de iniciativa popular, tal como foi o caso do Ficha Limpa, precisa, portanto, de 1.500.000 assinaturas, com um percentual de pelo menos cinco Estados do País, a fim de que seja apresentado no Congresso Nacional e se transforme em projeto de lei, retomando o texto original da Emenda à Constituição nº 29, que preconizava a utilização de 10% do Orçamento da União para a saúde.

Esse é um projeto de lei em que vamos nos engajar. Minas Gerais vai entrar nisso. A Assembleia Legislativa mineira vai fazer um movimento aqui, meu caro Deputado Rômulo Viegas, para que se transforme a realidade de Minas Gerais, já que somos um dos Estados mais prejudicados por essa ação do Ministério da Saúde.

Essa é a notícia que gostaria de dar aqui, Sr. Presidente, pois, pelo menos, é a busca de uma solução. Não é a passividade nem a omissão. É a busca de uma solução diante de um problema grave que ocorreu.



O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Mosconi. Quero parabenizá-lo. V. Exa. traz à Casa temas extremamente importantes. Considero V. Exa. o baluarte da Emenda nº 29. Como médico, está sempre preocupado com a saúde da população brasileira.

No que diz respeito à greve da Bahia, todos estamos realmente preocupados, esperando que ela se encerre o mais rapidamente possível. Acho que o Governador do PT Jaques Wagner encontra-se numa situação de conflito. Pela história, já participou várias vezes de movimento de greve no Estado dele e hoje se encontra na posição de gestor público, tendo de recorrer à força armada da União, ao Exército e à Polícia Federal. Lamentamos que nesse episódio, nesse conflito se usem crianças. É extremamente lamentável. Esperamos que a solução seja a mais breve possível e que o Estado da Bahia possa voltar a funcionar, a receber os turistas, inclusive internacionais, que estão cancelando voos para não frequentar o Estado neste momento de turbulência.

Vale aqui uma reflexão até de defesa do Governador Jaques Wagner, da Bahia, do PT. Tenho dito aqui desta tribuna, Deputado Carlos Mosconi, que o governo federal toma decisões lá em Brasília e hipoteca as contas para os governos dos Estados pagarem. Fazer bonito com chapéu dos outros é muito bom. Daqui a pouco teremos uma implosão nos gastos com folha de pagamento de Estados e Municípios, que já estão enfraquecidos em suas contas públicas. Fica mais uma vez esse alerta.

No segundo alerta, a respeito das privatizações, V. Exa. se refere, muito apropriadamente, à arrecadação estratosférica, da ordem de R\$30.000.000.000,00 além do esperado, para os cofres do governo. E como fica o Aeroporto Internacional de Confins? Qual é o peso de Minas Gerais na balança comercial do Brasil? Minas Gerais precisa, sim, receber mais atenção e carinho do governo federal. Estamos lutando contra o tempo, pois a Copa do Mundo está aí. E o Aeroporto de Confins? Precisamos agilizar sua privatização, algo que era tão temido e criticado pelo governo do PT, que agora pensa diferente. Apertem os cintos e bem-vindos ao mundo das privatizações.

O terceiro assunto que V. Exa. aborda é a questão da saúde, com a hipoteca da conta mais uma vez ficando para os Estados e os pobres dos Prefeitos. Prefeitos mineiros e brasileiros, que agora vão enfrentar as eleições municipais, reflitam sobre o abacaxi que vão encontrar, porque o dinheiro das prefeituras não é suficiente para pagar a conta das demandas das sociedades municipais. Quem tem o maior recurso do bolo tributário, que é o governo central, precisa rever a distribuição desses índices. Portanto, Deputado Carlos Mosconi, parabenizando V. Exa., quero colocar-me a seu lado nessa nova iniciativa, para vermos o que de melhor poderá ser feito pelo povo na questão da saúde. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Carlos Mosconi, não poderia ficar calado ao escutar esse belo pronunciamento de V. Exa., que me lembrou Alcides Mosconi, seu pai, e sua trajetória política na saúde. V. Exa., que já ocupou diversos cargos e trabalhou muito em prol da saúde brasileira - lembro-me de quando foi Presidente do antigo Inamps -, é autor da Emenda nº 29. Lamentamos muito o que aconteceu com a Emenda nº 29 quando de sua regulamentação por parte da União, porque as contas ficaram todas nas costas dos Municípios e dos Estados. É lamentável, mas vamos continuar a luta e procurar outra saída para haver melhor distribuição tributária em nosso país. Muito obrigado. Parabéns por sua atuação política.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito obrigado, Deputado. Fico gratíssimo, principalmente pela referência à memória de meu saudoso pai.

Para encerrar minhas palavras, Presidente, como sou Deputado majoritário na cidade de Muzambinho, quero manifestar meu pesar pelo acidente, lamentável sob todos os aspectos, que lá ocorreu e que ocasionou a morte de uma senhora e ferimentos em seus familiares, que estão em tratamento no Hospital João XXIII. Foi um fato absolutamente lamentável, e quero me solidarizar com as famílias da cidade, solicitando à Cemig que faça uma revisão da rede em Muzambinho e onde mais for necessário. Também quero dar o meu testemunho de que em Bandeira do Sul, onde ocorreu aquela fatalidade, aquele gravíssimo acidente no ano passado e onde estive neste fim de semana, a população está muito satisfeita com o tratamento dado a ela e à rede elétrica da cidade por parte da Cemig, não havendo hoje nenhum problema em relação a isso.

Agradeço a atenção do Sr. Presidente e dos meus pares neste primeiro pronunciamento que faço no ano. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Boa tarde. Quero fazer de meu pronunciamento uma prestação de contas a algumas cidades de minha região, para as quais obtive algumas respostas, ressaltando que fico muito feliz de ter contribuído para isso, com outros parlamentares desta Casa - Deputados Tenente Lúcio, Luiz Humberto Carneiro e Elismar Prado. Em breve, com o apoio da Prefeitura de Uberlândia, o plantão será transferido da 16ª Delegacia de Uberlândia, facilitando a vida de policiais, funcionários e demais cidadãos que frequentam a 16ª Delegacia, uma das mais antigas delegacias do Município. O projeto do novo prédio já está pronto, e espero que em breve essas pessoas tenham condições mais dignas de trabalho, até porque, em duas audiências públicas de que participei, a Assembleia Legislativa constatou que não há condições dignas de trabalho naquele local.

Na Comissão de Direitos Humanos, eu e o Deputado Durval Ângelo, a quem cumprimento, realizamos um bom e muito importante trabalho. A Comissão de Segurança Pública também estive em Uberlândia. A participação da Comissão de Direitos Humanos foi muito importante, porque expôs a situação de policiais, advogados e servidores administrativos, que têm vivido situação difícil.

Quero também falar sobre os Bairros Planalto, São Jorge e Industrial, em Uberlândia. Graças a reivindicações de várias autoridades, de uma demanda grande dos moradores, do Vereador Zezinho Mendonça, do Sargento Machado, estive com o Sr. José Geraldo Sales, Diretor-Geral, que me garantiu novas ações. Há uma antiga demanda da Câmara Municipal de que esses bairros contem com agências bancárias, e a Caixa Econômica incluiu isso no seu planejamento. É muito importante. Quem tem de se deslocar e não tem recursos suficientes é que sabe da dificuldade de ter acesso a um banco, e essa providência vai também ajudar os comerciantes. Portanto, estou muito contente por mais essa conquista para Uberlândia.

Quero falar também de Contagem: sei que sua população conta hoje boa administração. Considero e admiro a Prefeita Marília, que conseguiu, em relação às políticas públicas, muitos avanços para a cidade. Mas, infelizmente, ficará marcada na sua trajetória política como a que fechou escolas. Havia 22 escolas, mas 19 foram fechadas. Tenho a certeza de que os Deputados Rogério Correia, Durval Ângelo e outros que aqui se encontram não concordam com essa posição, porque tenho acompanhado as reuniões das Comissões de



Segurança Pública e de Direitos Humanos e sei da falta de perspectiva para a juventude. Quando se fala de uma cidade onde havia 22 escolas, que vêm sofrendo desmonte, tendo, desde 2009, 19 das suas instituições educacionais fechadas, há de se lamentar. Este é um ano de eleições, mas, independentemente dos candidatos, dos pré-candidatos, creio que o desejo do povo de Contagem é que todas as Funecs sejam reabertas. O ensino profissionalizante já faz parte dos programas da Presidente Dilma para todo o Brasil, porque se trata de um ensino que prepara a juventude, dá opção à juventude que está diante de um mundo onde campeiam as drogas. De repente, fechando-se escolas, prejudicam-se os jovens, que poderiam estar se preparando para um curso profissionalizante, além de ter mais uma opção de lazer. Aliás, ontem ouvi o seguinte relato de um jovem de Contagem: “Você acredita que nós chegamos a combinar, um ano, de “tomar bomba” porque queríamos ficar por mais um ano na Funec?”.

E há as olimpíadas da Funec. Quer dizer, as Funecs hoje na alma do povo de Contagem, porque têm a ver com a vida das pessoas que viveram e estudaram lá.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputada Liza Prado, antes de tudo, meu respeito e consideração a sua pessoa, ao seu trabalho, e meu agradecimento, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pela atuação que V. Exa. tem tido em nossa Comissão. Mas creio que temos de entender uma realidade que está muito clara. Com a nova lei do Fundeb, houve mudanças na estrutura do ensino no Brasil. A lei remeteu à Constituição Federal, de forma muito clara: a prioridade do Município é com o ensino infantil e com o ensino fundamental até a 8ª série, permitindo-se ao Município em convênio com o governo do Estado receber os recursos do ensino médio. Não vejo nenhuma palavra tirar de V. Exa. de que quatro Municípios de Minas Gerais tinham o ensino médio, inclusive Belo Horizonte, que é dirigido pelo partido coirmão em Contagem e Belo Horizonte: o PSB.

Há cinco anos tínhamos 18 mil alunos do ensino médio em Belo Horizonte, e hoje temos 2.200, com tendência à extinção. Sou lotado em uma escola municipal de ensino médio de Belo Horizonte, a Escola Municipal Luiz Gatti, no Barreiro, que tinha o ensino médio por excelência. Houve uma decisão da Secretária anterior, mantida pela atual Secretária, de que a Secretaria vai oferecer ensino médio.

Para V. Exa. ter uma ideia do esforço da Prefeita Marília, em convênio com o governo do Estado, as escolas estaduais ofereceram 8.800 novas vagas de ensino médio em Contagem. E isso porque a Secretária disse que não faria o convênio. Na semana passada, com esforço da Prefeita Marília, houve a inauguração do Cefet em Contagem, que neste ano começou com 120 alunos e no próximo ano absorverá 400 alunos do ensino fundamental. A nossa Funec está mantida e se especializou no ensino médio e no pós-médio profissionalizantes. Aliás, são abertas hoje, num convênio com o governo federal, 3.000 vagas do Pronatec em Contagem. Se o ensino médio regular da Funec foi reduzido, ampliou-se o Pronatec, criou-se uma escola técnica federal. E o compromisso da Secretária Estadual de Educação foi o mesmo feito com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: em toda região de Contagem que houver demanda para ensino médio será aberta escola estadual de ensino médio.

Então, V. Exa. tinha que chegar à tribuna e dizer que hoje temos menos de 10% de alunos do ensino médio tradicional na Funec, mas em Belo Horizonte essa proporção é menor ainda; em contrapartida, o Estado assumiu sua responsabilidade. E deveria falar também da escola técnica federal e do Pronatec. Aí seria uma crítica balizada de um partido, o PSB, que tem Secretaria e faz parte do governo municipal de Marília. E muito nos orgulha termos o PSB como parceiro em Contagem. Obrigado.

A Deputada Liza Prado* - Deputado Durval Ângelo, se meu partido cometer qualquer deslize, pode ter a certeza que serei a primeira a utilizar esta tribuna para denunciá-lo, porque, acima de tudo, tenho de defender os estudantes. V. Exa. sabe muito bem que Márcio Lacerda está de parabéns, porque foi ampliada agora a porcentagem do ingresso dos estudantes, graças também à movimentação da moçada em favor do meio-passe, que considero um avanço. Cidades que não têm o meio-passe deveriam ter. Tenho de cumprimentar Márcio Lacerda, por esse trabalho, e a juventude, por exigir o meio-passe.

Deputado Durval Ângelo, sei que tem de fazer seu papel como Deputado, trata-se do seu partido, e eu o respeito. Independentemente de ser o PSB, o PT ou o PSDB, se se fecham escolas, considero isso um investimento contra a juventude. As escolas ofereciam química, patologia, como o Pronatec, que ampliou algumas vagas. Ótimo. Aqui cumprimento Marília e Lula, porque ajudaram o País a avançar, mas fechar 19 escolas, e o orçamento estar lá do mesmo jeito!... Há professoras e professores ociosos, recebendo, e não vão para a sala de aula, e há orçamento. Sabemos da obrigação do Estado, sabemos quem é responsável pelo ensino infantil, quem é responsável pelo Estado e por curso superior. Tenho consciência disso. Mas, Deputado Durval Ângelo, independentemente de partido, entra governo e sai governo, prometem que não vão fechar escolas. Por exemplo, Marília prometeu que não iria fechá-las. Disse na sua campanha que não fecharia as Funecs, e fechou as 19 Funecs. Como o Deputado disse, estive conversando com a Secretária Ana Lúcia Gazzola e lhe disse que deveríamos fazer um convênio para que realmente, nesse projeto do Estado, pudéssemos atender ao Município. Sabemos que há uma obrigação do Estado de fornecer ensino regular, mas o Município tem tradição e tem orçamento: lá é só reabrir a instituição.

Deputado Durval Ângelo, é importante podermos trabalhar este ano, seja quem for o próximo Prefeito, que haja o compromisso com a população de reabertura imediata, pois não podemos fechar portas. Foram ampliadas as vagas do Pronatec, do EJA e de outros espaços, mas não devemos permitir, jamais, que nenhuma instituição benéfica à população seja fechada, nem clínicas de dependentes químicos e postos de saúde. Há muitas coisas que temos de ter independentemente de partido. Admiro o trabalho do Deputado Durval Ângelo, que terá sempre o meu apoio, pois é um batalhador. É duro haver uma Prefeita que fecha escola. O Deputado não merece isso. Um Deputado que trabalha, como o Durval Ângelo e o Rogério Correia... V. Exas. pensam que não nos envergonha quando o partido apronta alguma ou elabora uma proposta contra a população mais carente? Não concordo com isso. Precisamos trabalhar para que a nossa juventude tenha saída, tenha opções, e haja escolas. O ensino profissionalizante é muito importante para o País.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) – Cara Deputada Liza Prado, é muito oportuna a sua fala, que traz essa preocupação com a educação. Queria mostrar também um dado extremamente relevante que foi divulgado pela mídia. Há no Brasil 3.800.000 crianças e adolescentes, na faixa etária de 4 a 17 anos, fora das salas de aula. Esse fato, por si só, é uma agressão a todos nós que apostamos neste Brasil civilizado, com qualidade de vida. Somos a decantada 6ª economia do mundo. Além de termos o chamado analfabetismo funcional de pessoas que frequentaram a escola, mas não tiveram oportunidade de aprendizado, há hoje 3.800.000 crianças e



adolescentes fora das salas de aula. V. Exa. tem muita razão, pois a educação tem de ser a prioridade número um deste país, dos governos estaduais e federal e de todos os Municípios. Não é cabível hoje fecharmos os olhos, admitirmos e convivermos pacificamente com o fechamento de escolas. Estamos precisando é de abrir escolas e oferecer alternativas, aliás, de ensino técnico e de outras modalidades, para que a nossa juventude e as nossas crianças tenham um futuro digno.

Deputada Liza Prado, parabéns por mostrar aqui, mais uma vez, sua indignação e por trazer esse assunto para que todos os mineiros tomem conhecimento.

A Deputada Liza Prado* – Até porque a escola integral tem de ser a palavra de ordem. A nossa juventude tem de ter acesso a lazer, boa educação e alimentação, a fim de que se desenvolva na sua integralidade. Podemos observar que há crianças andando nas ruas e sendo agora aliciadas para o tráfico de drogas. Não podemos permitir que a nossa juventude não tenha o mínimo de opção de lazer. É importante que lutemos para que tenha uma escola integrada e uma alimentação de qualidade. O País só irá para a frente no dia em que investir na educação e valorizar os seus profissionais. Não podemos permitir que as professoras fiquem em disponibilidade, professoras que estão deprimidas. Na verdade, o Sind-UTE de Contagem tem lutado para que não se extinga o cargo das professoras. O orçamento, ou melhor, o dinheiro está lá, mas escolas foram fechadas. Então é preciso reabri-las. Essas professoras trabalharam, estão preparadas para dar aula e foram capacitadas para isso.

Se ainda houver tempo, quero conceder aparte ao Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Deputado Bosco (em aparte)* – Prezada Deputada Liza Prado, prometo ser bastante breve, até em virtude de o seu tempo já estar praticamente esgotado. Não poderia deixar de usar deste microfone para cumprimentá-la e render-lhe homenagens pela sua preocupação, sobretudo com a questão do ensino técnico e profissionalizante. Sabemos que o Brasil avançou muito, sobretudo Minas Gerais, que cresceu economicamente. Muitas foram as indústrias e empresas novas que vieram instalar-se em Minas Gerais, enfim, em várias regiões do Brasil. Não há hoje uma mão de obra qualificada para atender verdadeiramente e suprir essa demanda apresentada atualmente pelo mercado. Sabemos que as escolas técnicas e profissionalizantes têm um papel preponderante para preparar os jovens, a fim de que acessem esse mercado de trabalho, sobretudo aqueles que também estão buscando a sua primeira oportunidade no mercado de trabalho.

Então quero cumprimentá-la. Não há que se discutir se a responsabilidade é municipal, estadual ou federal. O que não podemos é fechar portas e tirar a perspectiva dos jovens que buscam oportunidade para se qualificarem e se prepararem para o mercado de trabalho. Cumprimento-a e coloco-me à disposição com o nosso trabalho como parlamentar e também na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Deputada Liza Prado* – Gostaria de agradecer os apartes e falar da importância de defendermos o ensino público gratuito e de qualidade. Estamos fazendo um movimento. Utilizo-me desta tribuna, há mais de um ano, para discutir sobre a questão das Funecs e do ensino profissionalizante. Podem ter certeza de que, onde houver injustiça, estarei lá para defender com a minha voz as pessoas que mais precisam, para defender a educação, independentemente da cor partidária. Não compactuo com coisa errada, não concordo que uma cidade fique imunda: a Prefeita trocou a empresa que recolhe o lixo, e a cidade ficou quase 20 dias sem a coleta de lixo. O povo já é pobre, têm dificuldades. Lá não há rede de esgoto e, ainda por cima, a limpeza de fossa não é suficiente. Portanto, há problemas gravíssimos, e a população vai ficar doente. A questão da saúde pública é gravíssima. E agora, quanto ao fechamento de escolas, não podemos permitir isso. Então, quero agradecer-lhes e dizer que terão sempre em mim uma parceira na Comissão do meu amigo Durval Ângelo, um dos Deputados que admiro muito e que concorda com o que estou dizendo, e também com os Deputados que me apartearam. Temos de usar esta tribuna para defender o que é correto, justo e importante para o Estado de Minas Gerais. Podem sempre contar com esta Deputada, que estará sempre alerta e disposta a perfilar as fileiras da justiça, da educação e do bom senso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, todos os que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, boa tarde. Sr. Presidente, gostaria de comentar sobre as manifestações de alguns membros da Oposição na Assembleia Legislativa. Parece que, na semana retrasada, houve um acidente na Cidade Administrativa, quando algumas janelas lamentavelmente caíram durante um temporal. Graças a Deus, não houve vítimas, mas impressionou-me a solicitação feita por alguns membros da Oposição. Não posso dizer que são todos, mas alguns vieram com a solução para a queda das janelas. Fiquei imaginando que a solução seria consertar as janelas, chamar as empresas para repô-las. Mas não, a solução é fechar a Cidade Administrativa. Isso é uma coisa impressionante, não é mesmo? Acompanho a vida da minha cidade, Belo Horizonte, há muito tempo. Existia algo que era um desafio para todos nós. Disputamos a eleição em Belo Horizonte para Prefeito e sempre realizamos debate. A região Norte de Belo Horizonte sempre foi um desafio, porque sentíamos que essa região vinha empobrecendo, não havia geração de empregos. Para nós, de Belo Horizonte, para nós, que amamos Venda Nova, amamos as cidades que fazem divisa com esta Capital, como Vespasiano, Lagoa Santa e Santa Luzia, a Linha Verde e a construção da Cidade Administrativa foram, sem dúvida, grandes obras, um presente do mais querido Aécio Neves, o então Governador.

Na Câmara Municipal, era colega do pai do Deputado Anselmo Domingos, o meu querido padrinho José Domingos, e sempre discutíamos sobre essas questões. É interessante que a Cidade Administrativa seria construída onde é hoje o Aeroporto Carlos Prates. Mas houve uma manifestação, um movimento forte para a Cidade Administrativa não ser construída nesse aeroporto. Alguns políticos fizeram o manifesto: “SOS, vamos salvar a região Noroeste de Belo Horizonte. A Cidade Administrativa não pode ser construída aqui”. E o mais querido, nosso Governador Aécio Neves, construiu então a Cidade Administrativa no antigo Jôquei Clube. Essa obra é maravilhosa. Deputado Rômulo Viegas e meu Líder, Bonifácio Mourão, as pessoas que vêm a Belo Horizonte pedem para serem levadas à Cidade Administrativa. Ficam lá contemplando aquela beleza, aquela obra, aquele desenho de Oscar Niemeyer, o qual, sem dúvida, até pelo número de anos, está muito próximo de ter sido um dos últimos desenhos desse brasileiro tão ilustre.

Pois então, qual é a decisão? Tenho muitos amigos em Venda Nova e no Morro Alto, que pertence a Vespasiano, dos quais tenho recebido muitas ligações, porque estão preocupados se fecharão mesmo a Cidade Administrativa, pois muitos trabalham lá hoje. Ela



foi uma geradora de empregos para aquele povo empobrecido pela situação, esquecido pelas administrações. Foram 16 anos do PT em Belo Horizonte, e não fizeram absolutamente nada pela região Norte. Prometeram o metrô, e me lembro de que a promessa era de o metrô ir até Justinópolis. Falavam: “Não, o metrô não irá até Vilarinho. Estenderemos ele até Justinópolis, que merece, que pertence a Ribeirão das Neves”. E foi cumprido? Não. Prometeram que o anel rodoviário seria algo maravilhoso, mas absolutamente nada foi feito naquela região. O prometido Rodoanel Norte seria um espetáculo: sairia de Ravena, passaria em Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves e sairia na Krupp, perto de Betim, antes da barreira, como gostamos de falar, Deputado Rômulo Viegas. Mas nada foi feito. Não há início de nada. Agora estamos impressionados, porque ontem, pela primeira vez, começaram a privatização. Quem sabe o PT quer voltar para o orelhão? Abriremos mão dos nossos celulares hoje porque eles pensam que não deveria ter sido feita a privatização da telefonia. Então voltaríamos para o orelhão, para as fichas. É um atraso. E agora querem fechar a Cidade Administrativa. É muito atraso.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Deputado João Leite, V. Exa. faz um pronunciamento expressivo. Serei rápido, pois há vários oradores esperando para pedir aparte. Há dois pontos importantes. O primeiro é a Cidade Administrativa. Quando ocorrem acidentes lá, há pessoas responsáveis. Eu, como engenheiro civil, penso que a empresa responsável pela construção dos prédios foi chamada e deve estar providenciando um laudo técnico para dar garantia às pessoas que lá trabalham. O que devemos evitar é gerar pânico em uma população, aproveitando, evidentemente, daquele grave acidente ocorrido no Rio de Janeiro, onde lamentavelmente até uma contêiner minha, de São João del-Rei, faleceu. Então um alerta: vale a pena, sim, ser apresentado laudo técnico daquela situação. As empresas devem ter sua resposta técnica, repito, quando caem vidraças e janelas, a fim de garantir a segurança.

O segundo tema é a privatização. Penso que o PT vem agora, de forma expressiva, a esse mundo. O livro “A privatária Tucana” chama a minha atenção e gostaria de contar com a cooperação do nosso grande constituinte, Deputado Bonifácio Mourão. Se nós, na condição de gestores públicos, ao assumirmos uma nova administração, não apurarmos erros cometidos pelo nosso antecessor... Por exemplo, no caso do ex-Presidente Lula, se soubesse ou não que Fernando Henrique e o Ministro Serra cometeram erros nas privatizações, deveria ter tomado algumas providências. Caso contrário teria incorrido, por usar um termo jurídico do direito administrativo – se estiver errado, por favor V. Exa. me corrija – na prevaricação. É assim mesmo que se fala?

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – Se V. Exa. me permite, a meu ver, poderia assim caracterizar o termo que está dizendo, uma vez que as acusações feitas ao ex-Presidente Fernando Henrique constituiriam crimes. Então, compete ao seu sucessor tomar as providências legais sob pena de prevaricação.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* – Fico na dúvida para que esse livro, “A privatária Tucana”, veio. Não punirá ninguém? Ou o ex-Presidente Lula não sabia de nada, como não sabia do mensalão? Fernando Henrique, José Serra e Lula, ou seja, os três, devem dar explicações à sociedade a respeito do conteúdo do livro, “A privatária Tucana”. Vamos pedir a Deus que isso não ocorra com a privatização petista que agora começa batendo recorde financeiro com os leilões, com cifras que variam de 20 a 30 bilhões de reais. Como disse, a Diretoria do Aeroporto de Confins está aguardando uma posição da Presidente Dilma. A balança comercial de Minas tem peso expressivo na do Brasil. Realmente, é hora de termos uma posição mais ágil por parte do governo federal. Fica aqui o meu aparte e agradeço a V. Exa.

O Deputado João Leite – Agradeço ao Deputado Rômulo Viegas, pois trouxe a experiência de alguém que é professor de cálculo da Universidade Federal de São João del-Rei. Nossas homenagens àquela escola tão importante para o nosso país. Nessa outra área do direito, V. Exa. pode falar da queda das janelas. Nessa mesma área, gostaria de ouvir o meu Líder Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado João Leite, aproveitamos esta oportunidade para saudar todos os nossos colegas, ao revê-los após o recesso; cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento de grande conteúdo; e, ao mesmo tempo, fazer justiça ao governo Aécio Neves e Anastasia pela construção da Cidade Administrativa extremamente oportuna. Como V. Exa. disse, isso deslocou o crescimento de Belo Horizonte para o Vetor Norte, além de concentrar as atividades administrativas estaduais em um lugar determinado, facilitando as coisas para todas as pessoas que precisam ser atendidas, principalmente as que vêm do interior.

Deputado João Leite, aproveito esta oportunidade para cumprimentar o Governador Anastasia pelo programa de urgência e emergência, mais uma ação importante na área da saúde, pois está construindo, no interior de Minas Gerais, hospitais regionais de primeiro mundo. A exemplo do que fez em Uberlândia, está construindo hospitais em Juiz de Fora, Lafaiete, Divinópolis, Sete Lagoas e agora em Governador Valadares. Hospitais regionais com cerca de 300 leitos, com equipamentos de primeiro mundo de alta complexidade, com cirurgias e neurocirurgias, com cirurgias ortopédicas complexas e assim por diante. Agradecemos ao governo Anastasia pela atenção destinada a nossa região do Vale do Rio Doce e pelo seu talento, trabalho e prioridade desenvolvida na saúde. Nesta oportunidade, manifestamos a nossa solidariedade com o pronunciamento de V. Exa. pela obra que caracterizamos como gigantesca na Cidade Administrativa. Lamentavelmente, encontramos alguém que, por causa de pequenos detalhes, tenta destruir uma obra daquela natureza e dimensão. Muito obrigado, V. Exa.

O Deputado João Leite - Muito obrigado. São 26 mil trabalhadores na Cidade Administrativa. Deputado Bonifácio Mourão, é muito importante o trabalho de V. Exa. de levar esse hospital de referência para Governador Valadares, pois enquanto a BR-381 Norte ocasionar esses acidentes terríveis, precisaremos de um hospital referência em Governador Valadares para atender os acidentados. Lamentavelmente, sabemos que esses acidentes continuarão acontecendo na BR-381, como na BR-116, como o Deputado Doutor Wilson Batista relatou.

Infelizmente, temos essa situação caótica por causa do desprezo do governo federal para com Minas Gerais.

Com muito prazer, e fazendo uma homenagem ao meu líder, José Domingos, companheiro na Câmara Municipal, concedo aparte ao Deputado Anselmo José Domingos.

O Deputado Anselmo José Domingos (em aparte)* – Obrigado. Quero apenas complementar algumas questões. Nós, que temos essa militância em Belo Horizonte e região metropolitana, sabemos da importância que foram a Cidade Administrativa e a Linha Verde. Não só em todas essas questões colocadas por V. Exa., mas também a reativação do Aeroporto de Confins, que só foi possível e só

ficou viável a partir do momento em que a Linha Verde se efetivou. Conhecemos a luta do Governador Aécio para transferir o aeroporto da Pampulha para Confins, e a partir daí Minas Gerais ficou integrada ao sistema aéreo nacional.

Tivemos também participação muito importante nesse contexto da Cidade Administrativa e da Linha Verde em 2007 e 2008, quando capengavam as obras de alargamento da Avenida Antônio Carlos. Eu era Vereador à época e o ritmo era extremamente lento, quando o governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, viabilizou essa bela obra que é o primeiro trecho em que já trafegamos, que vai da Lagoinha até o viaduto. Então, isso vai além da criação da Cidade Administrativa, que concentrou todos os serviços. Hoje o Secretário pode despachar com toda a assessoria no mesmo momento e local, sem deslocamentos. Isso era um sacrifício para a administração do Estado.

V. Exa. aborda um tema importante no momento, de valorizarmos o que Belo Horizonte está apresentando. Não só para o interior de Minas. Ando pelo Brasil afora, e a Cidade Administrativa é conhecida e falada em vários Estados. Parabéns por esse pronunciamento. Obrigado.

O Deputado João Leite – Obrigado. O Deputado Anselmo José Domingos traz brilho para a nossa manifestação, com o conhecimento que tem da nossa região.

Quero aproveitar para fazer uma homenagem ao nosso grande líder Ziza Valadares, na figura do seu filho, Deputado Gustavo Valadares. Foi com Ziza Valadares como Presidente da CBTU que tivemos as últimas obras do metrô em Belo Horizonte. Eu estive lá, e foi Ziza Valadares quem inaugurou a Estação Vilarinho, a última. Vilarinho, Floramar, Primeiro de Maio, São Gabriel, Valdomiro Lobo, Minas Shopping, tudo inaugurado por Ziza Valadares. Depois, não aconteceu absolutamente mais nada. Tinha aquela luta, promessas para chegar até Justinópolis. “O metrô chegará a Justinópolis!” E tem a questão do Barreiro. Ziza Valadares desapropriou, fez todas as obras de arte, mas hoje as estações estão, lamentavelmente, ocupadas por criminosos. Totalmente abandonadas, tornaram-se abrigo para criminosos.

Por isso, quero esperar hoje que não seja fechada a Cidade Administrativa, pois as janelas já devem ter sido consertadas, não é, Deputados Rômulo Viegas, Duarte Bechir, Bosco e Fabiano Tolentino? É preciso continuar o trabalho. O nosso povo da região Norte, do Morro Alto, de Ribeirão das Neves, de Venda Nova, de Santa Luzia, de São Benedito, todos querem trabalhar ali.

E estou aguardando que a Presidente Dilma reveja as privatizações do governo do PSDB. Será que o PT quer voltar para o orelhão? Será que eles querem que a estrada que Fernando Henrique duplicou de Belo Horizonte a São Paulo – 600km – volte a ser de pista simples? Eles gostam de pista simples, de orelhão, dessas coisas. Espero que tudo seja apurado. E quero parabenizar o PT pela privatização de ontem, pois queria privatizar o Aeroporto de Guarulhos por R\$3.800.000,00, e acabou sendo privatizado por R\$16.200.000.000,00.

Desculpe-me, não ouvi a campainha. Os Deputados Duarte Bechir e Rogério Correia queriam aparte, mas lamento não lhes poder conceder. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Muito obrigado, Presidente Inácio Franco. Saúdo V. Exa. no início dos nossos trabalhos, em mais uma etapa legislativa. Cumprimento a Mesa Diretora, os caríssimos Deputados e as caríssimas Deputadas, os amigos da TV Assembleia, que sempre nos acompanham, os nossos assessores, os amigos das galerias. Que Deus nos abençoe. Este será mais um ano de atividades no Parlamento mineiro. Ocupo esta tribuna nesta tarde para fazer uma reflexão que tanto tem nos abatido, trazendo sequelas irreparáveis às nossas famílias brasileiras, especialmente mineiras. Quero refletir a repercussão, páginas policiais, do brutal assassinato da Procuradora da União Ana Alice Moreira de Melo, de 35 anos, e da empresária do segmento de moda, Karina Angélica Mayer de Almeida, de 32 anos, que abateu não somente Minas, mas todo o Brasil. Além dos fatos ocorridos nas últimas semanas, acompanhamos quase que diariamente o crescimento de crimes contra a mulher. Até domingo, a Divisão Especializada de Atendimento à Mulher registrou 992 solicitações de medidas protetivas, média de 27,5 por dia, quase 30. Já no primeiro semestre do ano passado, foram 4.202 pedidos, média diária de 23 por dia. O total de requerimentos feitos até o último dia 5 representa quase 1/4 das solicitações dos primeiros 6 meses de 2011.

A criação da Lei Maria da Penha em 2006, para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, não é suficiente para inibir a prática desses crimes morais, psicológicos, sexuais e físicos, que têm abatido as mulheres mineiras e brasileiras. Se a lei determina um prazo de 48 horas para o cumprimento de medidas protetivas, por que, então, há tantos assassinatos de mulheres, mesmo com a sua proteção?

Deputada Rosângela Reis, Deputado Duarte Bechir, Deputado Romel Anízio, como advogado criminalista repetirei muito esse assunto. Também gostaria que os senhores e as senhoras iniciassem uma cruzada em defesa da família, em defesa da vida das mães que muitas vezes tiveram seus filhos guardados em outros locais pela babá para não assistirem à trágica cena da morte da querida mãe. Essa mãe que nem sabe o estado do agressor, do marido, que ceifa vidas e faz cair por terra o lar sonhado pelos filhos e pela própria sociedade.

Sabemos que a família é a célula “mater” da sociedade, mas ultimamente temos de parar para pensar, para ver o que poderemos fazer. Se temos uma lei, nem sempre ela está sendo cumprida. Quais são as razões para isso? O aumento da violência familiar é constante, aparece todos os dias nas manchetes dos jornais. Estamos acompanhando com muita tristeza, com muita dor lares destruídos, homens matando suas mulheres, espancando sua companheira por tantas razões. No entanto, elas, caladas, nem sequer buscam o aparelho judicial, o que é permitido por lei. Uma das explicações pode ser a baixa efetividade da aplicação da Lei Maria da Penha, que faz com que falte expectativa por parte da mulher de receber a proteção do Estado. Em muitos casos, a procura por órgãos públicos vai de encontro aos objetivos da citada lei em seu §1º, que assim estabelece: “Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Isso, nos termos do Capítulo VIII da Constituição Federal, em seu art. 226, diz respeito à convenção sobre eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e à convenção interamericana para prevenir, punir, erradicar a violência contra a mulher, além dos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, que



dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo, assim, medidas de assistência e proteção a mulheres em situação de violência doméstica, familiar, moral ou psicológica criada pelo companheiro ou por quem for.

Outro fato que interfere na aplicação da lei é a demora da Justiça para apreciar cada recurso. Não fosse para a própria salvaguarda de sua reputação, isso deveria ter sido feito em respeito e homenagem a todas as quase 50 mil mulheres assassinadas neste país de 1997 até hoje, o que evidencia a urgente necessidade de especial atenção nesse caso.

Causa-nos, caríssimo Deputado Fabiano Tolentino, espanto, como pais, como maridos, como cidadãos, como todos os senhores que estão aqui e que prezam, que amam o lar, o asilo inviolável de cada um. O lar de cada um, muitas vezes escancarado, às margens da criminalidade e da brutalidade. As delegacias têm recebido centenas de pedidos de proteção. Esse índice tem aumentado muito significativamente em nosso Estado.

Quero e convoco todos os parlamentares para discutirmos essa situação com a mais absoluta seriedade e urgência, para que crimes como o que vitimou a Procuradora e tantas outras, que estão acontecendo em nosso Estado, não venham a acontecer mais em nossa sociedade. Somente uma referência, Deputado Romel Anízio: após o assassinato da Procuradora da União, a unidade especializada registrou aumento de 40% nas denúncias de mulheres agredidas.

Isso, com certeza, nos traz absoluta intranquilidade. Elas, sim, já com tantos pedidos, muitas vezes até com a morte encomendada, após a morte da Procuradora, procuraram, mais uma vez, o poder policial para terem direito às suas vidas, à garantia sagrada de ir e vir. Mas, muitas vezes, elas não são acobertadas.

Sigamos a lei seca neste país. O Estado e a União tantos esforços têm feito nesse sentido, o que tem dado resultado em nossas rodovias ao evitar o ceifamento de vidas vítimas do álcool. Por que, então, não iniciamos uma campanha forte e firme para combatermos esses agressores, que batem covardemente em suas mulheres? Eles ceifam as vidas dessas inocentes, que deixam seus filhos, como vimos ultimamente, de 7 anos, 5 anos para serem entregues aos cuidados de avós, tios ou que, muitas vezes, ficam ao léu. Eles nem sabem o que acontece com os destinos de seus queridos pais.

Se a lei seca tem merecido tanta atenção por parte do governo federal, quero propor, Deputado Inácio Franco, Presidente, como requeri – está protocolado e preciso do apoio de todos os senhores -, um trabalho sério, que parta do Parlamento mineiro. Quero propor também uma ação, como a da lei seca, para termos nossos olhos voltados para o combate à violência contra a mulher, que é o nosso coração, nossa vida. Os filhos inocentes dessas mulheres muitas vezes têm acompanhado o terrível drama de ver suas mães espancadas e até assassinadas brutalmente, o que em tantas e tantas oportunidades tem ceifado nosso lar e nossas famílias. Gostaria muito que, por meio dessa comissão especial, a Assembleia fizesse uma reflexão profunda e trouxesse aqui os sociólogos, a coordenação em defesa da mulher, promovida pela UFMG, que tem um estudo brilhante que nos preocupa e alerta a população e o governo, porque mês a mês sobe, cada vez mais, o índice de criminalidade contra a mulher. Nem todas têm coragem de chamar a polícia, nem todas têm coragem de se identificar. Muitas vezes elas, machucadas, preferem o anonimato. Sabemos o estado em que fica a mulher, a mãe espancada, mas elas preferem não denunciar, porque temem o assassinato, temem deixar os seus filhos queridos para outros tomarem conta.

Queria inaugurar este ano com a proposta de que a Assembleia, Deputado João Leite, faça essa contribuição em defesa da vida, da família. Tenho certeza absoluta de que, por meio dessa comissão, percorreremos todo o Estado de Minas, porque os índices estão em nossas mãos e aumentam dia a dia, significativamente. Tantas e tantas delegacias não têm aparelhamento; temos duas varas em Belo Horizonte para absorver mais de 30 mil feitos.

Sabemos da proposta do aumento de varas em defesa da mulher. Mas talvez falte o pulso firme e forte deste Parlamento, do governo do Estado, pois somente assim poderemos preservar o que é mais importante, a vida, o lar, os filhos, para não vermos essas notícias trágicas que trazem dor e tristeza a todos que acompanham com tanta perturbação esses fatos.

As notícias de Minas já chegaram a outros países, mas poderemos fazer muito, sim, e buscar os encaminhamentos necessários, ouvir todos os segmentos da sociedade, o Ministério Público, delegacias, a associação das mulheres desprotegidas para acharmos uma solução. Esse momento é muito importante para a Assembleia Legislativa, a fim de dar a nossa contribuição em defesa de todas aquelas que vêm sofrendo esse trágico momento em seu lar, nas quatro paredes de sua residência.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, estamos iniciando as reuniões do nosso Parlamento, que teve a abertura na semana passada.

Essas palavras são muito bem ditas por V. Exa. e bem ouvidas por nós neste Parlamento. Realmente estamos vivendo, Deputado Inácio Franco, um caos. Temos essa violência contra a mulher, bem como a violência em função do uso de drogas.

Em Divinópolis, no sábado, houve um caso que me chocou. Desde os 12 anos de idade corto o cabelo com o mesmo cabeleireiro, de nome James. O filho dele, de 17 anos, pegou uma arma e deu três tiros no pai e o matou em consequência das drogas. Aquela família, aquela mãe se despedaçou, vendo o seu marido desfalecer e o filho, com 17 anos, ser preso por matar o pai.

Então, além de tudo que estamos vendo na mídia, com o horror que está a criminalidade, a violência contra as mulheres, ainda há a maldita da droga, que atrapalha as nossas famílias. Infelizmente temos mais uma vítima e destrói-se mais uma família, que está triste e chorando pela morte do marido e pelo filho preso, em consequência das drogas.

Temos de pensar, raciocinar que, se não tivermos atitudes bastante rígidas para combater a violência contra a mulher e contra as drogas, teremos um caos. Daqui a pouco, estaremos presos em nossas casas, com medo de sair, pois a violência está conseguindo acabar com tudo, principalmente as famílias.

Parabéns pelo pronunciamento. Esse é o trabalho do Parlamento. Temos, sim, de instalar uma comissão, trabalhar até ampliarmos mais o foco de atuação. É preciso trabalhar essa violência com a família, seja ela contra a mulher, seja ela por meio das drogas, que acabam com as nossas famílias a cada dia, e outras mais. Assim, estou aqui também para empenhar o meu apoio, juntamente com V. Exa., para criarmos uma comissão para melhorar um pouco mais a vida dessas pessoas que tanto sofrem em função da violência. Parabéns, mais uma vez, pelo pronunciamento desta tarde. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parabenizo-o pelo pronunciamento.



Hoje a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa aprovou um requerimento nessa linha que V. Exa. deseja; por isso precisamos do seu apoio nessa discussão, especialmente de proteção à mulher.

Ocorreu-nos chamar o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Defesa Social e tratarmos a questão a partir de algo que entendemos deva ser aprimorado. Poderemos discutir até o viés psicológico do que está acontecendo. Sabemos que, lamentavelmente, temos uma cultura de muita violência do homem contra a mulher, que precisa mudar. Isso está ligado à educação, à escola e à família.

De nossa parte, discutindo com os Deputados na comissão e com nossa própria assessoria, o que queremos é aprimorar esse modelo protetivo da mulher. Nesse caso recente, que envolveu uma Procuradora, um dos nossos mais respeitáveis Juízes, o Dr. Juarez, de Nova Lima, concedeu todas as medidas protetivas, que não foram efetivas. Como efetivar essas medidas? Apesar de já ter sido determinado ao marido que ele deveria manter-se a tantos metros da esposa, esse homem entrou no condomínio e a atacou em sua própria casa. Ora, nesse encontro teremos a oportunidade de discutir a melhora dessas medidas protetivas, e, por seu conhecimento, a presença de V. Exa. nessa discussão será fundamental.

Ainda quero apresentar os números da, infelizmente, falta de investimento do governo federal em segurança pública, o que está ligado à questão que o Deputado Dalmo aborda. Foram R\$1.000.000.000,00 que não se aplicaram, no ano passado, apenas em dois programas: o primeiro, o dos postos de polícia comunitária – ideia muito boa de colocar o posto de policial com o posto de saúde e com a assistência social, aproximando-o da comunidade -; o segundo, da modernização dos estabelecimentos penais, para o que também havia uma rubrica. Sabem quanto foi aplicado pelo governo federal em ambos? Zero; nem um centavo. Contamos com a contribuição de V. Exa. já nessa discussão que se dará nos próximos dias na Comissão de Segurança Pública. Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro. Obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Agradeço ao Presidente a gentileza. Quero parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva por abordar esse assunto tão importante. Mas quero parabenizá-lo duplamente: por abordar o tema da violência contra a mulher, em debate nesta Casa, e por fazê-lo, sendo homem, até porque, como sabemos, a violência contra a mulher parte de um agressor, que muitas vezes é o homem. E essa violência não se restringe a uma classe, como nos alerta a morte violenta dessa Procuradora Federal, que nos estarrece a todos. Ao contrário, a cada momento milhares de mulheres são violentadas e agredidas de várias formas. Assim, queremos compactuar com V. Exa., apoiá-lo e, de forma propositiva, trazer esse tema a debate, buscando os encaminhamentos necessários.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Agradeço à Deputada Rosângela Reis e aos demais colegas que me apartearam. Realmente, gostaria muito de contar com o apoio de todos os parlamentares para a formação dessa comissão especial para entendermos as razões desse momento difícil por que passam os lares mineiros e buscarmos soluções para isso. Agradeço, pela paciência, ao Presidente Deputado Inácio Franco.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, é um prazer retornar à tribuna, já em 2012, para falar um pouco da realidade de Minas. Após ter escutado as coisas que escutei hoje, não poderia deixar de trazer uma visão mais crítica sobre a situação de Minas Gerais, até porque, como é sabido – e é por isso que constituímos o Movimento Minas sem Censura -, neste Estado é difícil a realidade vir à tona.

Infelizmente, a grande mídia mineira, como é de conhecimento público e notório, não publica, não pode publicar e não quer publicar as realidades de Minas Gerais. Aqui, em Minas, só se pode publicar o que tiver o consentimento do Senador Aécio Neves, e, mais particularmente, de sua irmã Andréa Neves, que, com mãos de ferro, comanda tudo quanto é notícia no Estado, em especial na grande mídia. É, portanto, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, a “Goebbels” das alterosas. Ela comanda, com mãos de ferro, tudo aquilo que não seja do agrado do Senador Aécio Neves e não pode, em Minas Gerais, ser revelado.

Aqui na Casa também o direito da contradição não é sempre respeitado. Há Deputados que só permitem, por exemplo, como o Deputado João Leite, aparte àqueles que lhe são favoráveis; entre os que não são, ele escolhe. É um direito dele não escutar o contraditório. Eu, daqui para a frente, não pedirei aparte ao Deputado João Leite, para que não passe pela vergonha de ficar na fila esperando para fazer um debate democrático quando o Deputado quer apenas escutar a sua versão e aquilo que lhe agrada. Mas é um direito dele e eu respeito. Quero comunicar que, daqui para frente, prefiro não fazer o debate democrático com o Deputado por meio de aparte, para que eu não fique na fila esperando e ele dê oportunidade a outros Deputados da sua preferência. Então, para não haver esse constrangimento, comunico isso ao Deputado João Leite. Agradeço a deferência, mas não vou mais insistir em ter, com V. Exa., um diálogo de aparte; fiquei meio constrangido há pouco. Mas isso é um pouco espelho mesmo dessa falta de diálogo e de debate das questões democráticas em Minas.

Então, solicitei o art. 70 para que pudéssemos fazer parte do contraditório. É importante. A Oposição tem importância na vida democrática do País e de qualquer lugar do mundo. Se não se reconhecer a importância da Oposição, deveria ser fechado o parlamento, ser extinto. Se aqueles que são voz de Oposição são ameaçados, não são ouvidos. Entra-se com comissões de ética, como foi o meu caso, e como se ameaçou fazer com o Deputado Sávio Souza Cruz. É melhor que o parlamento seja extinto e se estabeleça, portanto, apenas o Poder Executivo, que nós sabemos ser a ditadura. Mas o regime democrático pressupõe, como sabe a Deputada Rosângela Reis, especialmente o direito e o dever que têm os que se opõem, que pensam diferente e estão no nosso parlamento expondo as suas ideias. Aqui, às vezes, é preciso pedir licença para ser Oposição, porque senão isso pode constranger o governo e as suas forças, que não gostam de escutar o contraditório.

Posto esse preâmbulo, Sr. Presidente, gostaria de apresentar alguns assuntos que, neste ano, já apresentei na Assembleia Legislativa, por meio do meu gabinete. O primeiro deles é sobre a situação da Cidade Administrativa. Aprovei, recentemente, na Comissão de Transporte e Obras Públicas, o mesmo requerimento que aprovei na Comissão de Participação Popular: uma reunião para discutir a situação da Cidade Administrativa e a necessidade de que seja feita, lá, uma vistoria dos problemas que ali se encontram. Vejam bem: uma vistoria, porque os problemas que demonstramos existir na Cidade Administrativa são graves. Estive lá. Fiz questão de,

pessoalmente, ir junto à assessoria para tirar algumas fotos e ver a situação da Cidade Administrativa. Foi aqui mostrado, pelo Deputado João Leite, que três janelas haviam caído. Alguém disse, se não me engano, em aparte - não foi o Deputado João Leite -, que foram vidraças, estilhaços de vidraças, mas não foram. Então, não foram estilhaços de vidraças que caíram, mas sim três estruturas das janelas, que são pesadas e tombaram. A justificativa dada pelo governo, naquela ocasião, é que o projeto arquitetônico das janelas pressupunha que elas permanecessem fechadas. Acho estranho um projeto arquitetônico feito dessa forma, prevendo que as janelas permaneçam fechadas. Se a janela não se abre, ela entra num problema existencial: ser ou não ser janela, abrir ou não abrir.

Eu brinquei no “twitter” dizendo que servidor que abrir a janela ganhará pito da Renata Vilhena e puxão de orelha da Secretária Gazzola. Então tem que haver vigilância para que não se abra janela. Realmente é uma justificativa que não convenceu, a de que teria havido uma forte ventania, uma chuva, e essas três janelas caíram no final de semana. Felizmente aconteceu no final de semana e não havia ninguém lá embaixo.

Fotografei e pediria a quem tem interesse, inclusive os Deputados, que entrassem na minha página - rogeriocorreia.com.br - para verem o estrago feito no chão e na grama com a queda, repito, não dos vidros, mas da estrutura da janela. Se houvesse alguém lá, Presidente, e fosse atingido, teria inevitavelmente morrido. Felizmente o fato aconteceu no fim de semana, mas foram três janelas - duas num prédio, uma num andar, outra em outro; e outra no outro prédio. Tudo bem, foram as chuvas mal planejadas. Mas ontem de manhã não houve chuva, não houve vento, não choveu nesse final de semana em Belo Horizonte, não houve forte ventania, e outra janela também caiu. Já é a quarta janela da Cidade Administrativa que cai. Não sei bem o horário da queda dessa quarta janela, mas, segundo informações, que preciso apurar, foi segunda-feira, felizmente antes do expediente; mas poderia ter sido no horário de expediente. Também essa janela caiu lá embaixo, na passarela, onde as pessoas passam.

Isso tem que ser averiguado. Fui ao Ministério Público solicitar que faça uma vistoria, inclusive para se evacuar a Cidade Administrativa para verificar o que está de fato acontecendo, porque não foram apenas as janelas. Presidente, também fotografei o teto da Cidade Administrativa, todo minado por água. Não pode ser chuva que veio de baixo, trata-se do teto; portanto, há algo acontecendo, provavelmente infiltração no teto da Cidade Administrativa. Também fotografei, Deputada Rosângela Reis, uma rachadura que dá um desnível no solo, exatamente naquela parte que vive com uma lona preta, porque vive desbarrancando naquele lado. Há temor de que isso possa ser algo estrutural. Não posso afirmar que seja, porque não foi feita nenhuma vistoria real pelos organismos. Solicitei ao Ministério Público que assim faça. Acho que é dever de um Deputado de Oposição solicitar ao Ministério Público que possa agir. Pode ser uma precaução minha muito exagerada, mas prefiro ter uma precaução exagerada do que simplesmente ver as coisas acontecer e achar que não pode acontecer algum desastre. Uma janela dessa não pode vir a cair, se já caíram quatro? Não há problema delas estarem mal colocadas, mal postas, por algum erro da empresa que as instalou? É possível pensar isso, pois quatro janelas caíram na Cidade Administrativa.

Fora isso, Presidente, existem inúmeros outros problemas na Cidade Administrativa. Problemas das pessoas e servidores que lá não têm lugar para ficar quando chove, problemas referentes ao transporte; reclamam muito da alimentação; elevadores que vivem estragados; falta de luz constantemente. Há muita reclamação via Facebook, via telefone. Alguns se identificam, outros não. Há muita reclamação estrutural dentro da Cidade Administrativa. Com base nisso, agradeço às Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Participação Popular, pois aprovei uma audiência pública para discutir essa situação. Espero que o governo não impeça a discussão e venha discutir o que realmente está acontecendo, faça essa vistoria, tranquilize as pessoas. Deputado Rômulo Viegas, realmente não estou tranquilo com a situação que vi lá. Os problemas são muitos e as pessoas não estão tranquilas. Esse é o motivo por que fui ao Ministério Público solicitar que se fizesse uma vistoria, e não que se fechasse a Cidade Administrativa, como quiseram dizer, para saber de fato as dimensões do problema que há lá. Queria dar esse esclarecimento. Tentei-me inscrever hoje exatamente para falar desse assunto, e tive a felicidade agora de ver aprovado o requerimento. Então acontecerá o debate na Assembleia Legislativa, o que deve orgulhar o Parlamento, por querer saber se existe ou não problema.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Acho que V. Exa. agora colocou a coisa de uma forma mais objetiva. V. Exa. não quer uma interdição, mas um debate, e acho isso válido, em se tratando de vidas - e são muitos os que trabalham lá. Esse debate é importante. Sou engenheiro civil desde 1978. V. Exa. citou o aspecto estrutural. Quando fala sobre esse assunto, V. Exa. está se referindo à parte de concreto armado, colunas, vigas e lajes. Ao que me consta, as rachaduras que existem podem ser - aliás, não estou afirmando, pois não fui até lá ver - dilatações de temperatura em gessos e argamassas, coisas normais em razão das intempéries, da temperatura.

Esse debate que ocorrerá na Casa será excelente. O Estado deve enviar a sua equipe gerencial da Cidade Administrativa. A construtora - aliás, parece que foram mais construtoras - deve enviar até aqui os seus responsáveis técnicos. Todos eles assinam a anotação de responsabilidade técnica - ART - para não ocorrer dano algum que venha a trazer prejuízos maiores. Então, nessa vertente está muito bem. Estaremos aqui... Em momento nenhum o governo fugirá dessa responsabilidade de esclarecer e dar tranquilidade às pessoas que estão trabalhando lá para que exerçam as suas funções. Temos opiniões contrárias. Creio que a Cidade Administrativa é um ganho, mas isso fica para o próximo debate, pois não quero tomar muito o seu tempo. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Uma outra discussão que faremos é sobre o preço, ou seja, quem arcará com ele. Pelo que ouvi dizer, cada janela custou R\$11.000,00 ao erário. Então, já são R\$44.000,00. Espero que não caiam mais. O Deputado Sávio Souza Cruz até postou no Twitter. Como é a musiquinha da Prefeitura? “Não para de despencar, ah, ah, ah...”. Tomara que tenha sido a última janela a despencar da Cidade Administrativa. Pode ser que não, visto que, quanto a essa última, que, pelo que saiba, despencou na segunda-feira, não houve chuva nem vento. Creio que o debate será feito nas comissões. Queria então dar esse esclarecimento. O meu tempo já está se esgotando. Gostaria de responder às provocações feitas em termos do processo de privatização no País. O Brasil viveu um período de “privataria” que será agora investigado por uma CPI na Câmara Federal. O Deputado Protógenes Queiroz esteve aqui ontem. Já existe e é a próxima CPI na fila. Há três CPIs instaladas, e ela é a quarta. Ele está convicto de que a “privataria” será investigada. Tenho para mim que o sistema de privatização foi um grande malefício para o País. Esse é um outro debate, que não teremos tempo de fazer agora.

Para se ter ideia - essa questão da terceirização dos aeroportos - o Aeroporto Internacional de Guarulhos teve lance vencedor. Para que a empresa vencedora tenha, durante 25 anos, a exploração - aliás, vejam que não é um processo de privatização, mas, sim, de terceirização durante 25 anos -, pagará um valor de R\$16.200.000.000,00 - aliás, durante 25 anos de um aeroporto. A Vale, uma das maiores empresas do mundo, foi privatizada por R\$3.000.000.000,00. Vejam bem a diferença de um processo para outro, em que uma empresa como a Vale é vendida por R\$3.000.000.000,00 e um aeroporto por R\$16.200.000.000,00. Depois de 25 anos, ele retorna ao Estado. Isso apresenta evidentes sinais de “privataria”, que é exatamente o que o Deputado Protógenes Queiroz e o escritor Amaury Ribeiro puseram no livro, que, aliás, recomendo. A grande imprensa escondeu esse livro, mas as redes sociais o fizeram transparecer.

A “privataria” tucana deve ser vista para que não se repita no Brasil uma empresa como a Vale ser vendida por R\$3.000.000.000,00 e um aeroporto, concedido em forma de concessão por 25 anos, por R\$16.200.000.000,00. Vejo uma diferença muito grande num e noutro procedimento. Não só o Brasil, mas o mundo perdeu naquele período. O regime neoliberal se encontra em crise. Por isso a oposição a Dilma anda perdida, com Fernando Henrique atacando Aécio, que ataca Serra, e a briga no meio tucano está fazendo vítimas por todos os lados. Espero que consigam se entender, porque também o Brasil precisa de uma Oposição fortalecida. Eu, como da Oposição, reconheço a Oposição nacional e sei o seu devido valor. Tomara que briguem menos agora, entendam-se e apresentem ao Brasil um novo projeto. Por exemplo, o retorno da “privataria” seria um mal para o Brasil. Por isso é necessário também que realizemos esse debate nacionalmente. Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Meu caro Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, boa tarde. Quero ressaltar o nome do nosso Líder, Deputado João Leite, e o faço porque gostaria de ter tido oportunidade de compartilhar com V. Exa. do importante pronunciamento que fez esta tarde. Mas, como os pedidos foram muitos, fiquei, como o Deputado Rogério Correia, na expectativa, e não foi possível nos atender em razão dos pedidos feitos anteriormente a V. Exa. Foram muitos os nobres parlamentares que quiseram compartilhar da ideia e do debate que V. Exa. propôs a esta Casa.

Início a minha fala reportando-me a algo que V. Exa. abordou. V. Exa. fez uma pergunta e nos deu oportunidade de buscar uma resposta para ela. Lembro-me perfeitamente dela. Algumas janelas da Cidade Administrativa caíram, e, mais do que depressa, a Liderança da Oposição nesta Casa solicita ao Ministério Público a interdição da Cidade Administrativa. Três janelas caíram, e a Oposição vai ao Ministério Público pedir a interdição da Cidade Administrativa. Às vezes algumas pessoas perdem o espaço, a sua localização, a hora e, principalmente, a oportunidade de ficarem de olhos fechados, fingirem que não viram, porque pior que falar besteira é fazer. A Oposição poderia, pelo menos, ter ocupado esta tribuna e dito: “Minas Gerais, quero me penitenciar porque em Brasília não caíram três janelas, caíram um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete Ministros; todos por corrupção, todos por roubalheira, todos por desvio de recurso público”. Seria o caso de pedirmos a interdição do governo federal, solicitarmos ao Ministério Público que interditasse o governo federal, porque a força política hoje, no Congresso, é uma fartura. A fartura da posição política da Presidente jamais, jamais foi vista em Brasília. É capaz até de refazer uma Constituição da maneira que quiser. Talvez uma Constituição que prime pela cor vermelha, talvez uma Constituição que atenda aos anseios, capaz de silenciar a imprensa, como tem demonstrado cabalmente o governo federal nos últimos anos, querendo que a imprensa só fale aquilo que esteja prescrito em uma lei, que ela, a poderosa de Brasília, e o ex-Presidente queriam introduzir, mas isso ainda não foi levado a cabo, porque a imprensa no Brasil é vigorosa. Não se silenciou e até o presente não aceitou.

Vou voltar à fala do Deputado João Leite. Três janelas que caíram seriam motivo para pedir a interdição da Cidade Administrativa? Qual seria o foco desse pedido? Qual seria a real intenção desse pedido? Seria atingir alguém? Seria tentar denegrir a imagem de alguém? Sim na primeira e sim na segunda.

Tivemos em Minas Gerais um Governador que se pautou especialmente pela administração competente: Aécio Neves. Foi-se o Governador para Brasília, para o Senado, e assumiu o vice, Anastasia, que já organizava o Estado juntamente com o Governador para dar continuação a esse trabalho.

E será que essa Oposição quer mesmo ajudar a construir Minas Gerais? Será que essa é uma prova de maturidade da Oposição, da real intenção dela nesta Casa?

Senhoras e senhores, quando falo “Oposição”, hei de dar a mão à palmatória, que não são todos, quero repetir: não são todos. Aliás, são uma minoria que, talvez buscando esconder-se atrás de seus próprios erros, começa a atirar de forma inconsequente, despreparada, tentando atingir um alvo, conforme eu disse, que é o nosso Senador Aécio Neves. Isso fica claro porque o ex-Presidente Fernando Henrique declarou ultimamente, em uma de suas últimas entrevistas, que gostaria de ver o mineiro Aécio disputando a Presidência. Então, daí já começam as ofensas, as rasteiras, a prática do jogo sujo: pedir a interdição da Cidade Administrativa e esquecer, tentar esconder debaixo do tapete a sujeira vinda de Brasília. Pena que hoje não estou com óleo de peroba, porque seria a oportunidade clara de mostrar, mais uma vez, que ele faz muita falta no nosso meio público.

O Deputado João Leite (em aparte) - Agradeço a V. Exa., que repõe a verdade neste Plenário. Lamentavelmente, o Deputado Rogério Correia pensa que sou obrigado a conceder-lhe aparte. Assim que tomei a palavra, tinha o tempo de 15 minutos e já vi o Deputado Rômulo Viegas ao microfone solicitando a palavra. Depois aguardava o Líder, Deputado Bonifácio Mourão, e o Deputado Anselmo José Domingos. Concedi aparte aos três, e cada aparteante tem direito a 3 minutos. Então, três vezes três são nove. Sobraram-me 6 minutos para falar. V. Exa. compreendeu bem. O próximo a quem eu deveria conceder aparte seria o Deputado Rogério Correia, mas, se lhe concedesse o tempo, seriam 12 minutos e, se ainda concedesse aparte a V. Exa., seriam 15 minutos. Em que momento eu falaria? Então lamento. Infelizmente, esse é o jeito do Deputado. Ele gosta de expor os companheiros, as pessoas da tribuna, dizendo que não sou um democrata, que não quero o contraditório. Mas ouvi três, e foram 9 minutos. Se ouvisse os cinco, gastaria os meus 15 minutos. Parece-me que ele é um professor de Matemática, então é fácil fazer a conta. Lamento muito. Ele é um Deputado que lutou muito para que não existisse a Cidade Administrativa na região Noroeste. Ajudaria muito a região, mas Aécio Neves beneficiou a região Norte. Já que o Deputado impediu a construção da Cidade Administrativa no Aeroporto Carlos Prates, fez campanha contra, fomos para a Zona Norte de Belo Horizonte, que foi muito beneficiada.

V. Exa., que é muito cuidadoso e gosta dos dados corretos, cometeu um erro, e quero chamar sua atenção. Não são seis Ministros, já são sete, e podemos falar também do Presidente da Casa da Moeda. O homem estava lá, fazendo dinheiro com a manivelinha. Não sei o que estava acontecendo. Depois, querem dar lição de gestão, de governabilidade.

Olhem a situação da Bahia: falam em três janelas que caíram, mas falamos em mais de 100 mortes com a greve da PM. E o mais grave: o líder dessa greve disse que o Governador e o PT, que antes insuflavam esse movimento, agora não querem diálogo. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Duarte Bechir - Deputado, gostaria de dizer ainda que todas as observações feitas aqui merecem uma resposta dentro do assunto proposto. Não podemos buscar subterfúgios para dar uma condição de legalidade ou uma visão especial ao acontecimento. O governo de Minas publicou uma nota no dia posterior aos fatos ocorridos em consequência do temporal, relativamente aos ventos e à chuva, dizendo que já havia iniciado as providências junto à construtora e aos responsáveis e, se houvesse necessidade de multar, ou de refazer todo o serviço parcial, as providências para isso haviam sido tomadas.

Como pau que dá em Chico tem de dar no Francisco, então vamos aos exemplos. (- Lê:) “Em agosto de 2010, as obras foram dadas como concluídas, o que é falso, e o palácio foi reaberto.” Falo do palácio de Brasília... Reportagem de Daniel Pereira, publicada na “Veja” desta semana, conta uma história cabeluda. E cara! A obra do palácio do ex-Presidente Lula estava orçada em 78 milhões, mas não saiu por menos de 112 milhões. Pois é... Segundo o relatório da Secretaria de Controle Interno da Presidência, datado de outubro de 2010, não há documentos que comprovem a elevação de gastos. O documento sustenta que o governo pagou à empresa Porto Belo Construções R\$5,5 milhões a mais do que era devido. Pediu ressarcimento? Não! Ao contrário: o governo negocia ainda o pagamento de mais R\$3,5 milhões – a empresa pede 11 milhões! Isso diz respeito à reforma do Palácio do Planalto.

Vou apenas concluir o meu raciocínio. Quer dizer: o que ficou de errado lá não pode ser dito. Não quero dizer que aqui há erro e que estou trazendo erro de lá para consertar erro de cá. Absolutamente. Quero ser enfático, quero ser cristalino, quero ser cobrado, mas tenho de dizer que foram tomadas as devidas providências pelo que ocorreu na Cidade Administrativa, enquanto em Brasília esconderam. Não buscaram soluções. Para complementar a minha fala, o Deputado João Leite nos lembra que, um, dois, três, quatro, cinco, seis Ministros já caíram por corrupção, além do Ministro das Cidades, Negromonte, e ainda o Presidente da Casa da Moeda, com acusações gravíssimas de levar dinheiro do contribuinte para os paraísos fiscais, que também foi retirado do cargo. Ele não é mais o Presidente da Casa da Moeda. Então, colocando o meu raciocínio à frente, na primeira entrevista dada pelo Ministro que assumiu o lugar do Ministro das Cidades, Negromonte, ele disse: “Eu e os outros Ministros estamos temerosos do que irá acontecer conosco, porque a Controladoria da União está fiscalizando demais.” Essas foram as afirmações publicadas por todos os veículos de imprensa. Disseram que estão temerosos com as suas ações, tendo em vista o eficiente trabalho da Controladoria-Geral da União. Quer dizer: já se entra no cargo preocupado em ser aferido por suas mudanças ou continuidades do trabalho a que o responsável da pasta anterior estava procedendo. Ou seja, vimos no Rio Grande do Norte, que de 47 projetos em execução do DNOCS, apenas 37 eram do Rio Grande do Norte.

O bezerro, ou melhor dizendo, o Bezerra, Ministro da Integração – bezerro mama, estou falando do Bezerra – disse que Minas Gerais não recebeu recurso para se prevenir das chuvas porque não temos projetos. Mas o Bezerra se esqueceu de dizer que a construtora que bancou a campanha do seu filho foi uma das mais beneficiadas e que, ao contrário dele, que deveria mamar, outros estavam mamando na teta no lugar do bezerro. Lá em Pernambuco. Pernambuco, que nos tomou uma parte da Fiat. Bravamente, o Senador Aécio Neves tentou reverter essa situação, mas a força do Planalto foi maior, e perdemos para Pernambuco boa parte da Fiat, assim como perdemos para a Bahia os investimentos da Petrobras.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Nobre Deputado Duarte Bechir, cumprimento-o pelo retorno a mais uma sessão legislativa, V. Exa. que tanto contribui na Comissão de Participação Popular, mesmo não sendo membro efetivo - o que seria uma honra para nós -, representando essa nova Bancada do PSD que se constituiu na Assembleia.

Serei objetivo - sem entrar nas comparações -, mas, seja na questão das janelas, das fissuras ou em questões mais internas, que são admissíveis em uma obra daquele porte e em um período de adaptação do conjunto de servidores, a maneira mais fácil de não transformar isso em um cavalo de batalha é fazermos um acerto com o governo para que uma pessoa venha nos dar as explicações técnicas. As comissões aprovaram esse artifício regimental de ouvir; então, as entidades apresentariam todas as questões em relação à obra, ouviríamos as explicações do governo e discutiríamos tecnicamente. Assim, primeiramente, daríamos tranquilidade ao servidor, fazendo o nosso papel. Pode parecer algo pequeno, mas, se eventualmente – graças a Deus isso não ocorreu – uma janela, seja pelo vento, seja pela chuva ou por algum descuido, atingisse um servidor, não seriam 100 vidas, como aconteceu na Bahia, mas 1 vida, que é tão importante quanto 100. A Comissão de Obras Públicas aprovou, os sindicatos pediram na Comissão de Participação Popular. Então, podemos acertar com a Liderança do Governo para fazermos uma reunião tranquila e sem nenhum tipo de exploração político-partidária, a fim de tranquilizar os servidores.

Para concluir, seja o bezerro ou o Bezerra, ele foi muito elogiado pelo Governador Anastasia e pelo Senador Aécio Neves, que é muito amigo do Governador de Pernambuco. Tanto o bezerro quanto o Bezerra foram muito elogiados pelo Governador Anastasia e pelo Senador Aécio Neves, o que, de forma alguma, não nos tranquiliza quanto a Minas Gerais querer mais investimentos de toda possibilidade de organismos internacionais e nacionais. Minas sempre quer mais. Parabéns pelo pronunciamento. Obrigado.

O Deputado Duarte Bechir – Deputado André Quintão, disse que uma parcela da Oposição age na busca de soluções, e outra pequena parcela - na qual não incluo V. Exa., que bem sabe o quanto o distingo pelo trabalho que tem feito nesta Casa - busca, na verdade, não uma solução, mas uma confusão.

Sr. Presidente, concluo dizendo que não devemos antecipar o debate da Presidência de 2014, buscando destruir a imagem de alguém. Quando falo de alguém, refiro-me a alguém muito especial, citado por todas as revistas que divulgam as pessoas mais importantes e de maior influência do Brasil, o nosso Senador Aécio Neves. Ele merece todo o nosso respeito e, mais que isso, merece do povo mineiro a gratidão por ter dirigido essa terra com afino e qualidade, dando a Minas Gerais seu novo valor no Brasil e no mundo. Muito obrigado.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/2/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando, a partir de 13/2/2012, Talita da Cunha Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Cherem

exonerando Antonio Marcos Possato do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Caio Márcio Goulart do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Lucas Loureiro Ticle do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando Luciane Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
exonerando Luiza Maria Lima Menezes do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;
exonerando Maria Rosângela Silveira Peret do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Paulo Rogerio de Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
exonerando Romíria de Castro Araújo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;
nomeando Antonio Marcos Possato para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Lucas Loureiro Ticle para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Luciane Pereira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Luiza Maria Lima Menezes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Maria Rosângela Silveira Peret para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Paulo Rogerio de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Romíria de Castro Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Aldelon Armindo de Castro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Ailton Ribeiro de Moraes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

ATOS DO SR. PRESIDENTE

Na data de 13/2/2012, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, e 2.473, de 21/12/09, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 13/2/2012, Rogerio de Senna da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial;
dispensando, a partir de 13/2/2012, Joana D'Arc do Nascimento da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação;
dispensando Fabíola Beatriz Resende Farage da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação;
designando Fabíola Beatriz Resende Farage para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação;
designando Fernando José Rocha Nascimento para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Processo Legislativo;
designando Raquel Furtado para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação;
designando Rogerio de Senna para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Comunicação Institucional.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 010/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 27/2/2012, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de componentes de prevenção e combate à incêndio.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed.



Tiradentes, nesta Capital, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A. A. A. Teletron Casa do Portão Eletrônico Com. e Ind. Ltda. Objeto: fornecimento, instalação e serviços de manutenção em portões, cancelas e interfones. Objeto do aditamento: ampliação do objeto contratual em 7,45%. Vigência: a partir de 30/1/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

1º Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º Conveniente: Município de Sacramento. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar da assinatura.



ERRATAS

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/1/2012, na pág. 136, col. 3, sob o título “Ofícios”, no ofício da Sra. Adriana Rigon Weska, onde se lê:

“Requerimento nº 1.685/2011”, leia-se:

“Requerimento nº 1.658/2011”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 31/1/2012, na pág. 47, col. 3, onde se lê:

“Mônica de Oliveira Hotti”, leia-se:

“Mônica de Oliveira Hott”.